

Exmo. Senhor Presidente
da Comissão Parlamentar de Saúde
Deputado António Maló de Abreu

S. Bento, 3 de julho de 2023

Assunto: Audição com caráter de urgência de Diogo Ayres de Campos, ex-diretor da Obstetrícia do Hospital de Santa Maria, Ana Paula Martins, presidente do Conselho de Administração do CHULN, Fernando Araújo, diretor executivo do SNS, e do Ministro da Saúde, Manuel Pizarro, sobre a situação dos serviços de obstetrícia no hospital de Santa Maria e no Serviço Nacional de Saúde

O plano de verão que o Governo apresentou para os serviços de urgência de ginecologia/obstetrícia e blocos de partos volta a contemplar o encerramento de 11 maternidades no país.

Estes encerramentos, apresentados há mais de 6 meses como temporários e rotativos, estão a transformar-se em definitivos e permanentes. Desta vez existem duas novidades: o encerramento total de duas maternidades, entre elas a do Hospital de Santa Maria a partir do dia 1 de agosto, e a inclusão de 3 maternidades privadas, isto é, ao mesmo tempo que se encerram maternidades públicas transferem-se as utentes do SNS para o privado.

Em audição recente na Assembleia da República, o diretor executivo do SNS disse que o encerramento da maternidade do Santa Maria (e a sua transferência para o São Francisco Xavier) tinha sido acolhido com tranquilidade pelos profissionais. A possibilidade de recurso às maternidades privadas também foi caracterizada como excepcional.

Sabemos agora que nada é assim. Os trabalhadores médicos do serviço de obstetrícia do hospital de Santa Maria queixaram-se de pressões, questionaram o *timing* do encerramento da maternidade, assim como a capacidade do São Francisco Xavier, adivinhando um aumento da sobrelotação e incapacidade de resposta por parte do SNS. Assistiu-se à exoneração do diretor do serviço de obstetrícia por, supostamente, ter questionado o plano de reestruturação da maternidade e, já depois disso, à demissão dos chefes de urgência de obstetrícia. Entretanto soube-se que a meio do ano os médicos deste serviço já tinham atingido o limite legal de horas extraordinárias e que nem Administração, nem Direção Executiva nem Governo tinham um outro plano para garantir escalas de serviço que não fosse o recurso abusivo e ilegal a mais horas extraordinárias.

Esta é, afinal, a tranquilidade anunciada. Da mesma forma, a excecionalidade anunciada para o recurso a privado aconteceu à primeira oportunidade, um mês antes do encerramento anunciado. É uma situação muito mal explicada e que só tem merecido o aplauso de quem defende o desmantelamento do SNS e a transferência do seu orçamento para alimentar o setor privado.

Argumentou-se que o encerramento da maternidade do Santa Maria aconteceria por causa das obras, mas as obras não estão adjudicadas; argumentou-se que o recurso a privados seria para acautelar o encerramento da maternidade, mas já estão a ser transferidas grávidas para maternidades privadas.

Toda esta situação fragiliza o SNS e exige explicações por parte de todos os intervenientes.

Assim, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer audição com carácter de urgência de Diogo Ayres de Campos, ex-diretor da Obstetrícia do Hospital de Santa Maria, Ana Paula Martins, presidente do Conselho de Administração do CHULN, Fernando Araújo, diretor executivo do SNS, e do Ministro da Saúde, Manuel Pizarro, sobre a situação dos serviços de obstetrícia no hospital de Santa Maria e no Serviço Nacional de Saúde.

A Deputada do Bloco de Esquerda,
Catarina Martins